

A trajetória de Francisco Julião no exílio e as relações entre Brasil e México, 1965-1969.

The trajectory of Francisco Julião in exile and the relations between Brazil and Mexico, 1965-1969.

Pablo Francisco de Andrade Porfírio¹

Resumo

Este artigo estuda o exílio de Francisco Julião no México (1965-1969). Considerado por muitos um dos mais radicais líderes de esquerda no período pré-1964 no Brasil, o dirigente das Ligas Camponesas e deputado socialista foi exilado para o México em 1965. Suas ações e entrevistas no novo país passaram a ser mapeadas pelo governo brasileiro e provocaram interpelações por parte da embaixada do Brasil à *Secretaria de Relaciones Exteriores* do México. Por meio da trajetória de Julião no exílio e das trocas de ofícios e correspondências entre os países, investigam-se práticas de vigilância e repressão da ditadura militar brasileira contra os asilados políticos, bem como o funcionamento do governo mexicano, que nas décadas de 1960-70 se procurava sustentar como uma democracia latino-americana, apesar dos diversos episódios de repressão aos grupos de esquerda no país.

Palavras-chave: exílio; México; Ditadura Militar.

Abstract

This paper studies the exile of Francisco Julião in Mexico (1965-1969). Considered by many as one of the most radical leftist leaders in 1964 in Brazil, the leader of the Peasant Leagues and Socialist deputy was exiled to Mexico in 1965. His actions and interviews in the new country began to be mapped by the Brazilian government and interpellations caused by the embassy of Brazil the Secretariat of Foreign Mexico. By Julião path in exile and exchanges of letters and correspondences between the countries, we investigate surveillance practices and repression of the Brazilian military dictatorship, as well as the functioning of the Mexican government, which in the decades of 1960-70 sought -If sustain as a Latin American democracy, despite many episodes of repression of left-wing groups in the country.

keywords: exile; Mexico; Military Dictatorship.

Artigo recebido em: 30 /01/2015.

Artigo aceito para publicação em: 22/06/2015.

¹ Doutor em História pela UFRJ, professor do Cap/UFPE. Email: pabloporfirio@hotmail.com



1- Introdução

O final da década de 1960 no México foi marcado pela violência de Estado. A repressão aos movimentos sociais intensificou-se e ganhou maior repercussão quando a imprensa internacional esteve no país para fazer a cobertura dos Jogos Olímpicos de 1968.

Nas vésperas do início das competições, o governo do presidente Gustavo Díaz Ordaz enfrentava as mobilizações estudantis em diversos pontos da Cidade do México e fora dela. Reivindicavam liberdades políticas e sociais e questionavam a forte repressão exercida pelo Estado (CASTILLO TRONCOSO, 2012, p. 14), principalmente por meio de seu aparato policial. Entre agosto e setembro daquele ano, a situação tornou-se mais tensa, e os encontros entre grupos de estudantes e destacamentos policiais eram cada vez mais violentos. Já se perguntava sobre as condições do México em garantir a realização das olimpíadas, marcada para outubro. Surgiram hipóteses de que haveria uma infiltração comunista, até mesmo internacional, que apoiaria o movimento estudantil com dinheiro e armas.

Depois de diversos conflitos em várias regiões do Distrito Federal, as manifestações dos estudantes continuavam avançando, e se aproximava a abertura dos Jogos Olímpicos. O desfecho foi o massacre do grupo de pessoas presente a uma das mobilizações, em Tlatelolco, na qual agiram soldados do Exército e franco-atiradores, enviados pelo Estado. Tlatelolco é um grande conjunto habitacional construído entre os anos de 1949 e 1950. Nele encontram-se a *Plaza de las Tres Culturas* com as ruínas de edificações da cultura Tenochtitlan, pré-hispânica, a Igreja de Santiago, construída pelos espanhóis, e o prédio da *Secretaria de Relaciones Exteriores*, representando o México moderno, onde atualmente funciona o Centro Cultural Universitário e o Memorial de 68 da *Universidad Nacional Autónoma de México* - UNAM. Pela repressão, prisão e morte de várias pessoas presentes, na maioria estudantes, a *Plaza* ficou conhecida como o Massacre de Tlatelolco, levado a cabo em 02 de outubro de 1968.²

² O relato mais conhecido sobre o conflito estudantil é o livro de Elena Poniatowska. *La Noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*. A autora entrevistou uma parte dos líderes do Conselho Nacional de Greve do movimento de 1968, quando ainda estavam na cadeia. O livro foi escrito entre os anos de 1969 e 1970, sendo publicado em 1971 pela editora ERA. Mais recentemente há o livro de Sergio Aguayo Quezada, *1968: los*



As cenas de violência, 10 dias antes do início dos Jogos Olímpicos, ganharam as páginas da imprensa internacional e expuseram o México e o governo do Partido Revolucionário Institucional – PRI – à comunidade internacional de uma forma nova. Antes, o excessivo nacionalismo e uma independência na política externa, em tempos de Guerra Fria, eram utilizados pelo governo para criar certo isolamento do país e exercer, sem interferências estrangeiras, o controle quase sempre violento sobre os movimentos sociais. Além disso, a prática de conceder asilo a perseguidos políticos, a iniciativa de não proliferação de armas nucleares na América Latina, por meio do *Tratado de Tlatelolco*, e uma economia sólida, com crescimento constante, que garantia educação e assistência social a setores cada vez mais amplos da população, neutralizavam muitas das críticas externas que poderiam se fazer à situação interna do país (QUEZADA, 1998, p.101).

O discurso anticomunista do presidente Gustavo Díaz Ordaz agradava aos Estados Unidos, que ainda ficavam satisfeitos em ver um México estável, à custa de vigilância e repressão, garantindo assim uma fronteira pacífica. Do outro lado da *Cortina de Ferro*, a União Soviética sentia-se também agraciada, pois tinha naquele país da América Latina um lugar privilegiado para realizar suas observações ou mesmo espionagem. Ali funcionava uma missão soviética de inteligência com 35 pessoas, a maior do continente. O México ainda era um canal privilegiado de comunicação entre o mundo e Cuba, que havia sido excluída política e economicamente do restante da comunidade americana (QUEZADA, 1998. p. 93 e 100).

Sem um maior apoio externo, os opositores internos ficavam cada vez mais acuados. Os asilados políticos, ex-integrantes de diversos movimentos de esquerda, também. O *Código Penal* mexicano, no artigo 145, afirmava que:

Aplicar-se-á prisão de dois a doze anos e multa de mil a dez mil pesos ao estrangeiro ou nacional mexicano que de forma falada ou escrita, ou por qualquer outro meio, realize propaganda política entre estrangeiros ou entre nacionais mexicanos difundindo ideias, programas ou normas de ação que

archivos de la violencia. México: Grijalbo, 1998, um dos primeiros a utilizar os arquivos dos Serviços Secretos do Estado. Por fim, o recém-lançado livro de Alberto del Castillo Troncoso *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario*, Instituto Mora, 2012, que analisa o discurso visual produzido sobre o movimento, e não apenas acerca do massacre, utilizando as fotografias publicadas na imprensa, as imagens não publicadas guardadas nos arquivos dos jornais ou de fotógrafos independentes, e relatos orais.



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 87-120, jan./jul. 2015.
<http://revista.anphlac.org.br/>

perturbem a ordem pública ou afetem a soberania do Estado mexicano (QUEZADA, 1998, p. 69).

Depois de quase um ano do Massacre de *Tlatelolco*, no dia 06 de agosto de 1969, por volta das 13 horas, o embaixador do Brasil chegou à *Secretaria de Relaciones Exteriores* na *Plaza de las Tres Culturas*. João Baptista Pinheiro foi recebido pelo Chanceler Antonio Carrillo Flôres, chefe daquela Secretaria, a quem entregou suas cartas credenciais.

O encontro foi rápido, cerca de 15 minutos, nos quais prevaleceu o clima de cordialidade, segundo informações publicadas pelo jornal *Novedades*. Ao final, em uma breve declaração, o diplomata brasileiro disse que “muitos são os laços que unem Brasil e México, porém o principal é o de amizade.” (*Novedades*. 07 de agosto de 1969, p. 07)

Assim, apresentava-se oficialmente o novo embaixador do Brasil ao governo mexicano.³ Para além das declarações oficiais, da exaltação dos laços de amizade e das visitas cordiais, a missão do diplomata carregava todo o interesse que a ditadura militar no Brasil tinha em relação às atividades dos exilados que viviam naquele país.

Meses depois do encontro, ocorreu o desembarque de novos ex-presos políticos brasileiros em terras mexicanas. Suas liberdades foram exigidas para o final do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, realizado por integrantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR-8. A reivindicação foi atendida pelo governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, e os presos receberam asilo político do México. Os novos exilados, mesmo que por pouco tempo, se juntavam aos mais antigos, como o Padre Francisco Lage e o ex-dirigente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que chegaram em dezembro de 1965.

O governo militar brasileiro procurava manter-se informado acerca das ações desenvolvidas pelos seus ex-presos políticos. Isso não era uma tarefa simples. Um dos caminhos seria obter informações diretamente dos órgãos de segurança mexicanos, que realizavam um mapeamento das ações dos exilados.

Em 07 de novembro de 1969, a circular secreta nº 292 do Ministério de Relações Exteriores do Brasil solicitava ao embaixador João Baptista Pinheiro informações sobre os

³ João Baptista Pinheiro substituiu a Frank Moscoso.

órgãos de segurança do México⁴. Em sua resposta, por meio do Ofício Secreto nº 1.089, o diplomata ressaltava o quanto era difícil ou quase impossível atender a essa solicitação.

Conforme Vossa Excelência pode avaliar, é extremamente difícil, senão quase impossível, obter por meios diretos esse tipo de informação, sigilosamente guardada, porquanto o seu conhecimento fora dos meios responsáveis poderia comprometer a própria segurança do país (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores, p. 01).

Apesar da impossibilidade sugerida a princípio, a resposta de João Baptista Pinheiro constituiu um relato de oito páginas. O caminho trilhado para alcançar as informações ali apresentadas é revelado logo no terceiro parágrafo: “Dada a natureza tão delicada do assunto, conversei a respeito com o Chanceler Carrillo Flôres que, dando ênfase ao fato de que o fazia como amigo (grifo no original), deu-me as informações seguintes.” (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969).

Disse que a *Secretaria de Relaciones Exteriores* não possuía um dispositivo de segurança, apenas os usuais para a proteção das comunicações cifradas. A produção de informações e contra-espionagem era realizada pela *Secretaria de Gobernación*, que preparava e repassava os informes. Este órgão também era responsável por realizar as investigações sobre qualquer tipo de movimento relacionado à política interna mexicana (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969).

As informações passadas pelo chanceler Antonio Carrillo Flôres pareciam superficiais. A ressalva, contudo, de que se fazia “como amigo”, com o grifo do embaixador, poderia significar que João Batista Pinheiro estava conseguindo ganhar um pouco de confiança de parte da diplomacia mexicana e ampliando as relações entre os dois países. Talvez isso era o que se desejava demonstrar ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, tendo em vista a missão de obter dados acerca dos exilados e possivelmente desempenhar maior controle sobre

⁴ Não tive acesso à Circular Secreta nº 292, mas sim a sua resposta, o Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969.

eles. Contudo, uma maior aproximação entre os países poderia estar sendo construída (PALACIOS, 2001, p. 295- 310; RICO, 2010).⁵

Passadas algumas semanas da conversa com Carrillo Flôres, o embaixador do Brasil foi recebido pelo Secretário de *Gobernación*, Mario Moya Palencia⁶ (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969). Parecia que a impossibilidade de obter informações, ressaltada pelo diplomata brasileiro no início do seu relato, havia sido substituída por novos caminhos de diálogos entre os governos.

O relato de João Baptista Pinheiro sobre a conversa com o Secretário apontava alguns objetivos mais específicos daquela missão da diplomacia brasileira.

Acrescentei-lhe a preocupação do Governo Brasileiro com os vários movimentos subversivos organizados do exterior para promover agitações em toda América Latina e a conveniência em unificarmos métodos e instrumento de atuação nacional e conjunta contra esses inimigos comuns.⁷ (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969)

Mario Moya Palencia passou a informar as funções desenvolvidas por dois outros órgãos do governo mexicano: a *Dirección General de Investigaciones Políticas y Sociales* e a *Dirección Federal de Seguridad*. O primeiro estava relacionado com a ordem político-social, e o segundo, com a segurança interna e externa do país. Para o embaixador brasileiro, a DFS corresponderia, “grosso modo, ao nosso S.N.I.” (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro

⁵ As relações diplomáticas entre México e Brasil ficaram estremecidas após o Golpe civil-militar de 1964. A doutrina Estrada, praticada pela diplomacia mexicana, afirmava que o país não poderia manter relações com governos impostos pela força. No final de abril de 1964, o embaixador mexicano no Rio de Janeiro, Alfonso García Robles, foi chamado para regressar a seu país. No mês seguinte, Pio Corrêa deixou a embaixada no México e retornou ao Brasil. As respectivas embaixadas não foram fechadas e passaram a ser chefiadas por seus encarregados de negócios e conselheiros. Na embaixada mexicana no Rio de Janeiro havia muito trabalho, visto estar povoada por vários brasileiros que esperavam um salvo-conduto a fim de seguirem para o exílio. A tensão e o distanciamento entre os países eram crescentes, apesar de haver uma relação diplomática manifestada no caso dos asilados políticos. Em novembro de 1964 Frank Moscoso foi escolhido para ocupar a vaga deixada por Pio Corrêa. Tempos depois, chegou ao Brasil Vicente Sánchez Gavito para ser o novo embaixador mexicano. O clima tenso diminuiu, porém não houve uma grande aproximação entre os países, reforçada também por certo distanciamento do México em relação ao restante da América Latina, praticado no governo do presidente Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970). Essa situação mudará com o seu sucessor, o presidente Luis Echeverría (1970-1976).

⁶ Mario Moya Palencia acabara de substituir, na Secretaria de Gobernación, a Luis Echeverría, que estava candidato à Presidência da República.

⁷ O embaixador brasileiro afirma ter preparado um memorando secreto com as aspirações do governo brasileiro frente à Secretaria de Relações do México. Informa que tal documento seguia em anexo ao Ofício nº 1.089. Contudo, o memorando não existe no conjunto documental do Itamaraty, assim como nenhum dos anexos citados no texto do referido ofício.



de 1969) – Serviço Nacional de Informação. Era dirigido pelo Capitão do Exército Fernando Gutiérrez Barrios e mantinha uma rede de investigação, produção e transmissão de dados diariamente analisados e repassados à Presidência da República e às devidas Secretarias (QUEZADA, 1998).

Mesmo com a referida dificuldade em acessar informações, o embaixador brasileiro conseguiu encontros com os chefes do sistema de segurança do México. Ainda naquela reunião com o Secretário de *Gobernación*, Fernando Gutiérrez Barrios foi convocado para oferecer algumas explicações. Ele “prontificou-se a estabelecer enlace com esta Embaixada, no que se refere ao terrorismo na América Latina, vigilância dos asilados, movimento de chegada e partida de brasileiros, principalmente em trânsito ou provenientes de Cuba” (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969).

Nesse mesmo encontro, o diplomata brasileiro conseguiu alguns dados sobre os exilados. Em relação aos que chegaram naquele segundo semestre de 1969, João Baptista Pinheiro foi informado da vigilância exercida pelas autoridades mexicanas, de modo a impedi-los de receber qualquer tipo de financiamento oriundo do exterior. Por isso, segundo o diplomata, 13 desses exilados partiram para Cuba, quando terminou o período no qual suas hospedagens eram pagas pelo governo do México. E ressaltou que esses procedimentos de monitoramento foram realizados “de acordo com entendimentos havidos entre esta Embaixada e o então Secretário de *Gobernación*, Licenciado Luis Echeverría – atual candidato à Presidência da República” (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969). Era por meio desse canal de negociação estabelecido entre Brasil e México que o embaixador tentava ampliar suas ações.

Ainda no decorrer do ofício produzido por João Baptista Pinheiro, dois nomes são citados em tópicos específicos, podendo indicar que durante a reunião eles tenham sido ponto de pauta, talvez porque preocupassem mais ao governo do Brasil. Um deles era Flávio Tavares, jornalista, que chegou juntamente com os outros presos políticos libertados em 1969. Sobre ele informava o ofício nº 1089: “Flávio Tavares aqui teria permanecido como elemento de ligação entre os asilados que foram para Cuba, os locais e os que por aqui transitam. Está o mesmo sendo continuamente vigiado pelas autoridades mexicanas” (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969).



O outro nome era de Francisco Julião, caracterizado por João Baptista Pinheiro como “agitador brasileiro, e que depois de vários protestos desta Embaixada contra as suas repetidas entrevistas publicadas em revistas locais, foi advertido de que estava violando o direito de asilo (grifo no original). Prossegue, entretanto, escrevendo livros de proselitismo à causa” (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969).

Assim, por meio do ofício nº 1089 pode-se identificar o esforço do governo brasileiro, mediante sua embaixada, em se aproximar dos órgãos de segurança mexicanos⁸ para obter informações sobre os exilados brasileiros e colaboração para os controlar e combater, principalmente pela oposição que faziam à ditadura militar instalada em 1964. Desejava-se uma aproximação com as autoridades mexicanas para combater os considerados movimentos subversivos, agitadores da América Latina. Procurava-se criar *inimigos comuns* aos dois países. Entre eles, encontrava-se o exilado Francisco Julião, que participava do *Movimiento Latinoamericano de Liberación*, em cujo estatuto se defendia o uso da luta armada e das guerrilhas como estratégia de ação.⁹

2 – Negociações para o exílio

Já se contavam os últimos minutos do ano de 1965 quando um avião da VARIG aterrissou na Cidade do México. Em suas primeiras e rápidas declarações à imprensa, ainda no aeroporto, Francisco Julião reafirmou a gravidade do problema agrário no Brasil e apontou que a única solução seria “a liquidação total do latifúndio mediante uma reforma agrária integral” (*El Día*. 31 de dezembro de 1965). Expressou seus agradecimentos ao Governo e ao povo do México e elogiou a atuação do embaixador Vicente Sánchez Gavito (*El Día*. 31 de dezembro de 1965).

⁸ Desejava-se também conseguir uma reunião com a Secretaria mexicana equivalente ao Ministério da Defesa, o que não foi possível. “Como verificará Vossa Excelência, não nos foi aberta a possibilidade de contactos com o Ministério da Defesa”, afirmava João Baptista Pinheiro. Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969. Op. Cit.

⁹ Está é uma informação do embaixador João Batista Pinheiro. Não encontrei outro documento que indicasse uma ligação entre Francisco Julião e o *Movimiento Latinoamericano de Liberación*.



A embaixada do México no Rio de Janeiro, após o golpe de 1964, era responsável por uma grande quantidade de concessões de asilo político (PALACIOS, 2001, p. 304).¹⁰ Entre a chegada à embaixada e a viagem com destino ao México, alguns procedimentos deveriam ser seguidos. No mesmo dia em que recebeu Francisco Julião, Vicente Sánchez Gavito encaminhou uma notificação ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil sobre o asilo outorgado.¹¹ Ainda em 28 de outubro enviou ao México um telegrama cifrado, no qual também comunicava sua decisão.¹²

Passados dois dias, encaminhou a mensagem confidencial nº 701 ao Secretario de *Relaciones Exteriores*, Chanceler Antonio Carrillo Flôres, na qual informou alguns dados sobre o recém-exilado. Nome, lugar e data de nascimento, profissão, estado civil e o número da carteira de advogado encontravam-se relatados no início da página.¹³ Em seguida aparecia o tópico “Observações Gerais”, no qual se resumia a situação de Francisco Julião ao pedir asilo:

Acusado pelas autoridades militares, foi detido pela Justiça Militar com fundamento na “Lei de Segurança do Estado”. Foi posto em liberdade mediante habeas corpus (grifo no original) do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, novas ordens de detenção podem ser executadas, pois a vigência do “Ato Institucional número 2” cancelou os efeitos do habeas corpus (grifo no original). Interrompeu-se o funcionamento normal dos tribunais ordinários e o citado Ato expressamente dispõe que é competente à Justiça Militar julgar os civis acusados de delitos políticos. Como se sabe que os agentes da polícia política (DOPS) redobram seus esforços por localizá-lo, não dispõe de outro recurso que não seja o asilo político.¹⁴

¹⁰ Em abril de 1964, dias após o Golpe civil-militar, a representação diplomática do México no Rio de Janeiro havia realizado um levantamento do número de exilados em algumas Embaixadas. O resultado foi apresentado à *Secretaria de Relaciones Exteriores* – SRE por meio de telegrama cifrado. “[...] asilados distribuidos en embajadas siguientes: México 35, Uruguay 19, Yugoslavia 18, Paraguay 6, Perú 5, Chile 5, Argentina 2 y Colombia 1”. Tradução de Telegrama Cifrado. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Fl. 117. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F. Segundo Guillermo Palacios, entre 1º de abril e 15 de dezembro de 1964, 86 brasileiros haviam pedido asilo na Embaixada do México, dos quais 77 conseguiram salvo-conduto para sair do país e 09 desistiram da solicitação.

¹¹ Cópia 700/516”65” de 28 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

¹² Tradução de Telegrama Cifrado nº 1589 de 28 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

¹³ Anexo a Mensagem Confidencial nº 701 de 30 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

¹⁴ Anexo a Mensagem Confidencial nº 701 de 30 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião – III 2983-12. Op. Cit.



O fluxo de informações era contínuo, e por seu turno a *Dirección General del Servicio Diplomático*¹⁵ – *Departamento de America del Sur*, em 30 de outubro, enviou à *Secretaria de Gobernación* um *Correograma Urgente*, no qual expressava oficialmente o asilo político concedido a Francisco Julião. Esse documento era uma confirmação, pois o informe já havia sido transmitido anteriormente por telefone.¹⁶

Em 04 de novembro de 1965, a *Subsecretaria de Gobernación* expediu uma resposta por meio de um *Memorandum*, que expressava o desejo do subsecretário de receber as cópias das comunicações produzidas sobre o referido assunto. Ele queria estar apto para informar ao *Secretario de Gobernación* acerca das resoluções do caso.¹⁷ O asilo político de Francisco Julião passava assim por várias autoridades diplomáticas e mobilizava setores do governo, tanto no México quanto no Brasil.

Francisco Julião viveu dois meses em um quarto improvisado na embaixada do México, onde acabou por se familiarizar com a paisagem da Baía de Guanabara. Esperava receber o salvo-conduto do governo brasileiro e assim ter o direito de sair do País. Para tanto, o Ministério de Relações Exteriores consultou o Ministério da Justiça e o Serviço Nacional de Informação – SNI, a fim de saber se o advogado tinha alguma condenação por crime comum, o que inviabilizaria o direito ao asilo.¹⁸ Ao mesmo tempo, integrantes do governo mexicano desejavam estar informados de todo o processo. Poderiam estar avaliando as possíveis implicações de receber aquele ex-dirigente das Ligas Camponesas, considerado por várias pessoas no Brasil e nas Américas um radical líder de esquerda. Julião foi preso três meses após o golpe civil e militar de 1964 (JULIÃO, 1965). Nos anos iniciais da década de 1960, influenciado pela Revolução Cubana, intensificou a mobilização de trabalhadores rurais no Nordeste do Brasil, recorrendo em seus discursos ao slogan da *reforma agrária na lei ou na marra* (ROLLEMBERG, 2001). Eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro em 1962, anunciava no Congresso Nacional que poderia mobilizar, em pouco tempo, milhares de

¹⁵ Direção integrante da *Secretaria de Relaciones Exteriores* – SRE.

¹⁶ Correograma Urgente de 30 de outubro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

¹⁷ Subsecretaria – Memorandum 373 de 04 de novembro de 1965. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

¹⁸ Processo SECOM 34.646/65. BR.AN.RIO.TT.O.MCP.PRO.17. Cx. 584



camponeses nordestinos para lutar contra qualquer tentativa golpista (FERREIRA, 2001, p. 500).

Após passar pouco mais de um ano preso no Brasil, Francisco Julião chegou exilado ao México e não foi recebido por políticos nem líderes sociais. Alguns jornalistas se fizeram presentes. Não tinha dinheiro e provavelmente não conseguiria exercer sua profissão de advogado (CASTELLANOS, 2002. p. 26-27).¹⁹ Desembarcava com sua segunda esposa, Regina de Castro, com quem havia se casado em janeiro de 1964 e tinha uma filha, Izabela, e mais dois meninos, filhos do primeiro casamento de Regina.²⁰ Não tinha um lugar político e social assegurado no seu novo país. Contava apenas com sua imagem de líder de um conhecido movimento camponês da América Latina, naqueles anos 1950 e início dos 1960.

3 – Os primeiros meses no México: tempos difíceis

Assim como outros exilados ao chegar à Cidade do México, Francisco Julião e sua família hospedaram-se no Hotel Canadá, na Rua 5 de maio, no Centro Histórico. Estava próximo ao Zócalo da capital, esplanada onde se situam o Palácio Nacional e a Catedral. Depois de dois ou três dias, entretanto, a família teria se mudado para um apartamento, onde viveu aproximadamente por um mês.

A saúde do ex-dirigente camponês não parecia muito boa, pois estaria enfermo, sofrendo com as reações provocadas pela altitude da nova cidade.²¹ Seu tipo físico não era dos mais fortes. Ao contrário, sempre demonstrou certa fragilidade, em alguma medida agravada pelo período de mais de um ano no qual esteve preso. Do seu nariz escorria sangue

¹⁹ Para conseguir emprego, o exilado deveria obter uma autorização especial da *Secretaría de Gobernación*, além de pagar um imposto. Quando chegava ao país, era levado a um hotel por funcionários da *Dirección de Población* da *Secretaría de Gobernación*, recebia uma quantia em dinheiro e tinha sua hospedagem paga, em geral, por um mês. Estas informações foram apresentadas em CASTELLANOS, Diana G. Hidalgo. *Um olhar na vida de exílio de Francisco Julião*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p. 26-27

²⁰ Entrevista concedida por Francisco Julião à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. CEHIBRA. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982. p. 80. Do seu primeiro casamento, com Alexina Crespo, nasceram quatro filhos: Anatólio, Anacleto, Anatailde e Anátilde. Nesse período da chegada de Julião ao México, tanto Alexina como os filhos estavam vivendo em Cuba, para onde foram em 1962, devido a ameaças recebidas pelo seu então esposo, Julião, e pela família. Os filhos receberam bolsa de estudo do governo de Fidel Castro.

²¹ Informações retiradas da entrevista concedida por Francisco Julião ao jornal *O Pasquim*. 19 de Janeiro de 1979, p. 14. Op. Cit.

constantemente por se encontrar a 2234 metros acima do nível do mar. Esse motivo contribuiu para que a família migrasse da Cidade do México para Cuernavaca²², que estava um pouco mais abaixo e era conhecida por suas agradáveis condições climáticas, pelas quais recebeu o título de cidade da eterna primavera.

Não se sabe muito bem as condições que possibilitaram essa migração interna. Chegar a um novo país, com pouco dinheiro, sem dominar a língua, com três crianças, sendo uma delas, Izabela, ainda por completar dois anos de vida, eram fatores que dificultavam qualquer tomada de decisão e, por conseguinte, uma mudança. Francisco Julião narra que um dia foi convidado por um amigo para almoçar, em Cuernavaca, na casa de David Alfaro Siqueiros, o renomado muralista mexicano e integrante do Partido Comunista. “Eu fui lá, almocei, mas na realidade eu não tinha dinheiro para voltar à Cidade do México. Ainda assim, depois do almoço, eu me despedi, mas o senhor Siqueiros pediu para que eu aguardasse mais um pouco, pois ele queria conversar comigo” (CASTELLANOS, 2002, p. 27).²³ Nessa conversa, Julião recebeu uma oferta de dinheiro do famoso pintor. A ajuda, muito bem-vinda naquele momento, foi investida no aluguel de uma casa na própria Cuernavaca, para onde se mudou com a família (CASTELLANOS, 2002, p. 27; JULIÃO, 1978, p. 294).²⁴

A permanência no México, talvez a única alternativa para Francisco Julião naquele momento, também apresentava seus problemas. Por mais que fosse um Estado conhecido por receber asilados políticos, como os espanhóis que conseguiram escapar da repressão do regime franquista, havia um forte disciplinamento para eles. Neste ponto, as dificuldades se apresentaram ao ex-líder das Ligas Camponesas logo nos primeiros meses.

No ano anterior, em 1965, um grupo de exilados do Brasil havia criado o COBEM - Comitê dos Brasileiros Exilados no México, cujos objetivos seriam “estretar os laços de solidariedade, promover o auxílio mútuo a todos seus membros e mantê-los informados do

²² Cuernavaca está localizada no Estado de Morelos e a cerca de 80 km da Cidade do México.

²³ Entrevista concedida por Francisco Julião a Diana Castellano. Infelizmente a autora não informa a data nem o local onde foi gravado o depoimento. Tampouco diz se ele foi disponibilizado em algum núcleo de pesquisa ou arquivo.

²⁴ Diana Castellanos afirma, usando a entrevista citada e comentada na nota anterior, que Siqueiros teria doado a quantia de 1000 dólares. Francisco Julião, em um dos seus relatos, não fala em dinheiro nem em valores e afirma que “com a ajuda de Siqueiros pude vir para Cuernavaca, à uma hora da Capital”.



que passa em seu país.”²⁵ Essa informação está no ofício, datado de fevereiro, enviado ao Secretário de *Gobernación*, Luis Echeverría, no qual se comunicava a criação do Comitê e se apresentavam seus dirigentes: Carlos Taylor, Abigail Pereira Nunes e Ruy Mauro Marini.

O ofício em nenhum momento faz referência à publicação de um boletim por parte do COBEM. Talvez isso tenha sido abordado em outro documento, ao qual não tive acesso. Em outubro de 1965, a *Dirección General del Servicio Diplomático* já havia identificado a circulação do referido boletim. Em anexo a um documento classificado como confidencial²⁶, remeteu à *Secretaria de Gobernación* a cópia de um exemplar. Em uma sessão do boletim, havia sido publicada uma pequena nota com a informação da transferência de Francisco Julião da prisão de Recife para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Denunciavam-se as péssimas condições em que vivia o prisioneiro.

Não imaginava Francisco Julião que enquanto estava no Brasil, buscando asilo político, seu nome circulava entre os escritórios do governo do México, na publicação de um Comitê, cujas atividades poderiam motivar uma investigação por parte dos órgãos de segurança.

Afirmava ainda o documento confidencial:

Submeto à consideração de vocês a conveniência de que se investiguem as atividades do citado Comitê com o objetivo de determinar se não vulneram as obrigações internacionais do México em matéria de asilo ou contravém os preceitos da *Ley General de Población* e seu regulamento.²⁷

Apesar de sugerir um possível processo investigativo, a *Dirección General del Servicio Diplomático* opinava nesse mesmo documento que “a qualidade de asilado político de uma pessoa não restringe sua liberdade de expressão ou de reunião nos termos consagrados pelas leis mexicanas.”²⁸ Ou seja, alertava a *Secretaria de Gobernación* sobre as atividades do COBEM, mas emitia um parecer favorável a elas.

²⁵ Documento enviado pelo COBEM ao Secretário de Gobernación Luis Echeverría. Fevereiro de 1965. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Fl. 125. Op. Cit.

²⁶ CONFIDENCIAL III/ 516(81)/32300 de 21 de outubro de 1965. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Fl. 168. Op. Cit.

²⁷ CONFIDENCIAL III/ 516(81)/32300 de 21 de outubro de 1965. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Op. Cit.

²⁸ CONFIDENCIAL III/ 516(81)/32300 de 21 de outubro de 1965. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Op. Cit.



Entre a *Secretaria de Relaciones Exteriores*, à qual pertencia a *Dirección General del Servicio Diplomático*, e a *Secretaria de Gobernación* parecia haver uma diferença de avaliação. A primeira, ao menos nos documentos pesquisados, apresentava um posicionamento em favor dos asilados. Nessa direção argumentou o documento confidencial apresentado acima e enviado a Luis Echeverría, em 1965. Também foi nesse sentido a resposta ao então embaixador do Brasil no México, Frank Moscoso, quando, em 1966, Francisco Julião foi acusado de infringir as regras do exílio por declarações a um semanário francês. Nas duas ocasiões, a SRE justificou sua posição por meio da transcrição do artigo VII da Convenção de Caracas, que garantia ao exilado o direito a liberdade de expressão.

Poder-se-ia pensar em um padrão formal de resposta às inquirições de outros países, como as da embaixada do Brasil. Contudo, pelo menos naquele documento confidencial enviado à *Secretaria de Gobernación*, ou seja, uma correspondência interna do Governo, a linha argumentativa se repetia. A possível tolerância praticada pelos integrantes da SRE, entretanto, não era reproduzida pela outra secretaria.

Após receber o documento, é provável que Luis Echeverría tenha solicitado a *Dirección Federal de Seguridad*, sob o comando de Fernando Gutiérrez Barrios, uma investigação sobre os integrantes do COBEM. O resultado dela foi a convocação de alguns exilados brasileiros para uma reunião na *Subdirección General de Población da Secretaria de Gobernación*. Entre o recebimento da comunicação oriunda da SRE e a reunião passaram-se quase quatro meses. Já era 7 de fevereiro de 1966.

Durante esse intervalo, Francisco Julião havia conseguido o asilo e saído do Brasil. Procurava se adaptar ao México e construir uma nova rede social para si. Nesse trabalho de sociabilidade, passou a integrar o COBEM, convivendo com brasileiros que se encontravam na mesma situação. Buscar os compatriotas seria a estratégia inicial mais viável naquele momento de chegada. Publicou então no boletim do Comitê, na edição de janeiro de 1966, poucos dias depois do seu desembarque. Julião se integrou exatamente ao grupo que estava, naquele momento, sofrendo uma investigação por parte dos órgãos de segurança do México. Escreveu um pequeno artigo intitulado “Unidade e resistência, em respeito ao povo do Brasil”:



[...] Nossa condição de exilado político não significa passividade e omissão frente à nova ordem instalada pelo golpe militar e pelas forças das armas. [...] é necessário, antes de tudo, que não percamos de vista o rumo dos acontecimentos dentro e fora do Brasil. Aqueles patriotas que buscaram o caminho do exílio sabem que cruzar os braços e permanecer quietos significa capitulação.²⁹

O ex-deputado socialista seguiria agindo, lutando contra o governo militar do Brasil, e para isso contava com o trabalho também dos outros exilados. Não continuar lutando, mesmo desde o exílio, significaria a rendição, a derrota. A edição do boletim com esse texto estava entre as outras apresentadas por Miguel Domínguez Loyo, *Subdirector General de Población*, aos asilados convocados para a referida reunião.

As investigações realizadas indicaram que a publicação era realmente promovida por brasileiros integrantes do COBEM, já exilados desde 1965. Após expor o que seriam as provas das ações dos asilados políticos, o subdirector decretava sua avaliação, que representava a da *Secretaria de Gobernación*:

A Constituição Política mexicana garante a livre expressão das ideias, restringida unicamente ao respeito à vida privada, a moral e a paz pública, porém o boletim informativo COBEM critica e ataca sistematicamente ao governo político constituído atualmente nos Estados Unidos do Brasil, fato que infringe o artigo VII da Convenção sobre Asilo Territorial da X Conferência Interamericana, celebrada em Caracas em 1954.³⁰

Esse era o mesmo artigo evocado pela *Secretaria de Relaciones Exteriores* quando indicou uma investigação sobre o COBEM. Na ocasião, entretanto, argumentou que em sua análise não havia violação do artigo VII, cujo conteúdo, em resumo, afirma que: a liberdade de expressão de pensamento conferida pelo direito interno de um Estado aos seus habitantes se estendia aos asilados políticos e por isso não poderia ser tomada como motivo de reclamação por outro Estado, em decorrência de aqueles expressarem conceitos contra o governo do seu país. A exceção consistia no caso de tais conceitos promoverem uma propaganda sistemática ou incitarem o uso da força e da violência contra o país reclamante.

²⁹ Boletim Informativo COBEM. México, janeiro de 1966. Ano II, nº 4. pág. 07. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Fl. 298. Op. Cit.

³⁰ Ata de reunião. 07 de fevereiro de 1966. Pasta Asilo Político – III 2904-8. Fl. 168. Op. Cit. Fl. 293.



Sendo classificado como uma crítica sistemática ao governo do Brasil pela *Secretaria de Gobernación*, o boletim informativo passa a ser um instrumento político. Isso era uma atividade vedada aos asilados, e assim a recomendação de Miguel Dominguéz Loyo foi para que os brasileiros “se abstivessem da publicação do citado boletim, colaborando dessa forma com o país que lhes dá proteção.” (Ata de reunião. 07 de fevereiro de 1966. Fl. 293).

Após receberem a notícia, os presentes tiveram a oportunidade de dialogar entre si, compartilhando suas impressões e opiniões. Depois de um breve intervalo, pediu a palavra Ruy Mauro Marini que, falando em nome dos demais, afirmou jamais terem desejado criar dificuldade ao governo do México, o qual os recebeu de modo tão hospitaleiro. Ressaltou ainda que em outubro de 1965 foi enviado um ofício à *Secretaria de Gobernación* comunicando a criação do Comitê dos Brasileiros Exilados no México. Acrescentou ter o boletim apenas a pretensão de atender às necessidades de informação dos exilados. Ao final, exaltando todo o respeito ao Subdirector, informou que era desejo do grupo recorrer a outras autoridades sobre a possibilidade de continuar a publicação.

O leitor pode estar imaginando quem integrava esse grupo de asilados políticos. Estavam Victor Medeiros do Paço, Gildo Mario Porto Guerra, José Thiago Cintra, Carlos Taylor da Cunha e Mello, Francisco Lage Pessoa, Ruy Mauro Marini e Francisco Julião. Todos, junto com Miguel Dominguéz Loyo, assinaram a ata da reunião. Com pouco mais de um mês no México, Julião foi convocado e informado dos limites de sua atuação, inclusive foi censurado o boletim no qual publicara seu primeiro texto no exílio.

Ao mesmo tempo que aquele país parecia configurar a opção mais viável para o ex-líder das Ligas Camponesas, também já lhe mostrava as dificuldades existentes para defender e promover suas ideias. Em um curto intervalo de tempo, perdia, por intervenção direta do governo, seu primeiro espaço de publicação.

Mediante a situação adversa, as estratégias do político de esquerda deveriam ser repensadas? Mas, o que fazer? Que caminho seguir? Não havia receitas nem certezas para se viver em um país no qual o governo se dizia democrático ao mesmo tempo que mantinha um aparato policial e repressivo próprio de uma ditadura.



Apenas uma questão parecia certa. As práticas do agitador político e social das Ligas Camponesas, defensor da reforma agrária na lei ou na marra, em anos anteriores, eram inviáveis naquele momento. Se realizadas, causariam ainda mais problemas para o exilado.

4 – Francisco Julião na primeira página do *La Prensa*: novos tempos no exílio

Em algumas entrevistas concedidas por Francisco Julião no decorrer do primeiro ano de exílio, as figuras do líder campesino e do revolucionário seguiam presentes e em destaque. No início de junho de 1966, uma fotografia sua aparecia na reportagem de capa do jornal *La Prensa* (03 de junho de 1966, México, D.F.), cujo título era “Fala a La Prensa Francisco Julião: ADVERTENCIA A AMÉRICA LATINA”. A legenda da imagem ressaltava o político e líder de esquerda, influente na América Latina. Nela estava reproduzida a “advertência” anunciada pelo exilado com um tom profético e determinista: “[...] o líder agrário brasileiro exilado no México [...] levantou para a América Latina este tremendo e dramático dilema: ‘Ou se realiza a Reforma Agrária Radical ou a revolução social é inevitável, porque a fome, a miséria e a injustiça são mais fortes que tudo’” (*La Prensa*, 03 de junho de 1966, México, D.F.).

Em outra parte, a reportagem demonstrava em números a força da liderança de Julião, caracterizado como o “líder de quarenta milhões de camponeses brasileiros [...]” (*La Prensa*, 03 de junho de 1966, p. 3, México, D.F.).³¹ Por seu turno, o advogado e ex-deputado pelo Partido Socialista também criava uma continuidade para seu trabalho de mobilização social ao dizer que voltaria ao Brasil, “não importa como [...] porque a semente está lançada à terra e a consciência das massas camponesas é uma fecunda terra” (idem). Apesar de exilado, ainda se colocava em plena ação política e assim profetizava: “O futuro confirmará nossas palavras. Nós voltaremos a nossa pátria e voltaremos de qualquer forma... há circunstâncias que ditarão a época de nosso regresso” (*La Prensa*, 03 de junho de 1966, p. 12, México, D.F.).

Depois de mais de um ano preso no Brasil, sem fazer declarações à imprensa, respondendo aos interrogatórios policiais e militares, o exilado Julião mantinha, em grande medida, as ideias e os conceitos constituintes dos seus discursos de dirigente das Ligas

³¹ Não se tem um número exato, mais há um notável exagero ao se falar em 40 milhões de camponeses.



Camponesas e agitador social no Nordeste do Brasil, no período anterior ao Golpe civil-militar de 1964.

Essa imagem do líder camponês, mobilizador de milhares de trabalhadores rurais, que dizia da necessidade de uma reforma agrária radical ou a América Latina seria tomada por uma revolução social, não estava, contudo, presente na fotografia de capa da edição do *La Prensa*.



Fig. 01 – Capa do Jornal *La Prensa* – 03 jun. 1966. Hemeroteca da UNAM



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 87-120, jan./jul. 2015.
<http://revista.anphlac.org.br/>

A fotografia apresenta Francisco Julião em família, com sua esposa, Regina de Castro, e sua filha, Izabela, a quem está oferecendo a atenção e o carinho paterno. A representação do pai de família torna ausente a figura do agitador social e diz do limite daquela publicação. Grande parte dos periódicos no México era submissa aos favores e aos direcionamentos ditados pelo governo do Partido Revolucionário Institucional – PRI³², que se anunciava democrático por realizar eleições periódicas e manter relações com governos de esquerda, mas buscava ao máximo o controle da opinião pública e a repressão de movimentos de oposição.

Francisco Julião podia ser o líder dos camponeses, como apareceu em várias partes do texto. Mas essa sua imagem deveria estar relacionada ao Brasil ou condicionada a sua volta a este país. No México, ele era o político de esquerda exilado com sua família, como apresentava a fotografia de capa, que tinha seu “refugiou em Cuernavaca (La Prensa, 03 de junho de 1966), onde acaricia o cabelo loiro de sua filha Izabela. Caminha pelo jardim com Regina, sua esposa. Agora, sorri” (La Prensa. 03 de junho de 1966. p. 12). Encontrou a tranquilidade para viver. A agitação política e qualquer tipo de alusão à mobilização social em terras mexicanas estavam interditos (CASTILLO TRONCOSO, 2012. p. 38).³³

Em fevereiro de 1966, cerca de quatro meses antes da publicação dessa entrevista de capa, Francisco Julião juntamente com o Padre Francisco Lage, também exilado, foi procurado no México pelo jornalista Michel Bosquet, do periódico francês *Le Nouvel Observateur*. Em uma reportagem que ocupou três páginas inteiras, os dois brasileiros expuseram suas crenças na realização de uma imediata revolução socialista na América Latina³⁴ (Le Nouvel Observateur. 03 de março de 1966).

As declarações de Julião ao semanário francês foram mais enfáticas em relação ao processo revolucionário do que as publicadas posteriormente no *La Prensa*. Aproximavam-se do pequeno artigo escrito no boletim do COBEM. Ele deveria se sentir mais à vontade para falar, uma vez que sua entrevista circularia fora do México e não entraria diretamente em

³² Foi criado em 1946 para representar as instituições criadas pela Revolução Mexicana de 1910. Antes, contudo, os principais líderes revolucionários haviam fundado o Partido Nacional Revolucionário – PNR –, em 1929, e depois o Partido da Revolução Mexicana, em 1938.

³³ *La Prensa* contava com o trabalho de talentosos fotógrafos. Sobre esse discurso de interdição de qualquer mobilização social, pode-se tomar 1968, quando o jornal elaborou uma convincente narrativa visual que criminalizava os grevistas do movimento estudantil.

³⁴ As três páginas com a entrevista encontram-se na Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12.

choque com sua condição de exilado. Nela, afirmou que o Brasil era o maior barril de pólvora da América Latina e que a libertação desta região do domínio imperialista norte-americano começou em Cuba, continuava no Vietnã e se apresentaria mais e mais sangrenta, sendo inevitável que a guerra seria longa e seguramente contaria com uma intervenção militar dos Estados Unidos (Le Nouvel Observateur. 03 de março de 1966). Essa ação requereria do exército norte-americano um número de soldados cinco vezes maior do que o enviado ao Vietnã. A revolução socialista no Brasil daria o sinal para o restante da América Latina e faria o continente tremer.

As sangrentas profecias no semanário francês, contudo, repercutiram no México. Os jornais *Novedades* e *El sol de México* publicaram matérias resumindo as declarações dos exilados brasileiros. Em seu texto, o primeiro não condenava diretamente as afirmações, mas apresentava o ex-dirigente dos camponeses como alguém que se “escondia das distintas corporações de polícia mexicana e da CIA norte-americana”, enquanto o padre Lage era dito como “condenado a 28 anos de prisão em seu país” (*Novedades*. 09 de março de 1966. p. 02). Percebe-se uma intenção de desqualificar os responsáveis pelas previsões revolucionárias e socialistas publicadas na França.

El sol de México foi além de informar o que havia sido impresso no outro lado do Atlântico. Um dia após noticiá-lo em suas páginas, o jornal dedicou seu editorial a criticar as declarações dos brasileiros. Diziam as últimas linhas do texto:

Naturalmente que não pensamos dissuadir ao sacerdote Lage e ao líder camponês Francisco Julião de suas ideias marxistas. Somente queremos recordá-los que são asilados em nosso país e que não têm direitos de utilizar a hospitalidade mexicana para acalentar a insurreição, nem para fazer política contra o governo de sua pátria. Se tantos são seus ardores revolucionários, vão a seu país e coloquem em prática seus propósitos criminais. Por que México deve lhes servir como tribuna e como proteção? Se nosso país lhes abriu os braços, se aqui gozam de paz e liberdade, se aqui convivem com nosso povo, sob um regime democrático, é muito pedir-lhes que não esqueçam sua qualidade de asilados? Tudo bem que Julião e o Padre Lage não queiram respeitar as leis do Brasil, porém aqui são obrigados a respeitar as nossas. Senão, são muito amplas nossas fronteiras (*El sol de México*, 10 de março de 1966. p. 04).

Já em março de 1966, cerca de dois meses após chegar ao México, a imagem do líder camponês relacionada a guerrilhas e a uma possível revolução socialista na América Latina



encontrava fortes opositores. A estratégia de Julião em manter, reforçar e difundir essa sua imagem na Europa, talvez em busca de apoio, fazendo profecias de um cenário revolucionário irreversível, não lhe estava rendendo bons frutos, ao menos em parte da imprensa mexicana.

Nesse momento, *El Sol de México* era um jornal novo, fundado em 1965. Apresentava uma linha editorial com forte teor anticomunista, o que poderia ser também uma estratégia para conquistar rapidamente a simpatia do governo. A parte do editorial transcrita acima classificava como criminosos os propósitos revolucionários dos exilados e, alinhando-se a um discurso oficial de Estado, ressaltava a paz e a liberdade que se gozava ao viver no México, em um regime democrático. Não sei qual foi a repercussão alcançada pelo editorial de *El Sol de México*. Mas, Francisco Julião, ao lê-lo, começou a entender os limites para seu discurso e suas práticas no novo país.

A entrevista publicada na França não mobilizou apenas setores da imprensa mexicana. Setores do governo também agiram. As três páginas soltas com a matéria do jornalista Michel Bosquet foram enviadas por Luis Weckmann, o Encarregado de Negócios da embaixada do México naquele país, ao Secretário de Relações Exteriores, Antonio Carrillo Flôres. O *Correo Aereo* dizia: “Por considerar que pode ser de interesse para essa superioridade, remeto a você, anexo ao presente, um artigo publicado na revista semanal *Nouvel Observateur* (grifo no original), de 9 do corrente, relativa à situação política do Brasil”. O informe ainda resalta a autoria das declarações presentes no periódico: “[...] os senhores Francisco Julião e Francisco Lage que, segundo parece, encontram-se exilados em nosso país.”³⁵

A comunicação recebida de Paris, juntamente com o artigo, gerou um *Memorandum* remetido para informação do presidente mexicano Gustavo Díaz Ordaz. O documento ressaltava que os entrevistados falaram amplamente da miséria em que vivia o povo brasileiro em contraste com a riqueza das oligarquias, apoiadas por empresas norte-americanas. Ainda destacava que ambos anunciaram a continuação da luta contra os regimes reacionários da América Latina, onde todos os países acabariam por aderir à luta armada.³⁶

Enviado em 22 de março de 1966, o *Memorandum* provavelmente não chegou ao presidente. Uma nota manuscrita no seu rodapé afirmava: “não se considerou necessário

³⁵ Correo Aereo nº 578. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

³⁶ MEMORANDUM PARA INFORMACION DEL SEÑOR PRESIDENTE. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.



passar este *memorandum*, em virtude de que desde o princípio o assunto ficou nas mãos do C. Secretário, a quem a *Dirección* proporcionou oportunamente o texto da entrevista.”³⁷

Pela nota, o presidente Díaz Ordaz não havia tomado ciência das declarações dos exilados ao semanário francês. O caso estava sob os cuidados do então Secretário de *Gobernación*, Luis Echeverría.³⁸ Assim, a trajetória do exilado Francisco Julião cruzava mais uma vez com a de um dos mais importantes políticos do México, entre os anos 1960 e 1970. Echeverría já havia ouvido falar ou lido algo sobre o brasileiro desde quando este vivia na embaixada do México no Rio de Janeiro, entre outubro e dezembro de 1965. Nesse momento, seu Subsecretário pediu ao embaixador Vicente Sánchez Gavito para mantê-lo informado sobre aquele caso de asilo político e assim estar apto a cientificar a seu superior. Além disso, em fevereiro de 1966, Julião e outros exilados haviam sido convocados para a reunião na *Subdirección General de Población* da Secretaria de *Gobernación*.

O *memorandum* de março destacava um dos pontos levantados por *El Sol de México* ao criticar as declarações publicadas na França; a afirmação dos exilados sobre a continuação da luta revolucionária. Isso não seria permitido a um asilado, que, assim, estaria agitando politicamente a América Latina a partir do México. Como teria reagido Luis Echeverría ao ler os informes e a matéria do semanário francês? Muito provavelmente, estava ciente dos textos críticos publicados em jornais da Cidade do México.

Talvez Echeverría também tenha lido o ofício nº 35, datado de 9 de março de 1966, enviado pelo embaixador do Brasil, Frank Moscoso³⁹, ao secretário de Relações Exteriores do México, Antonio Carrillo Flôres, afirmando que as declarações de Francisco Julião publicadas na França eram “uma insultuosa quebra das normas de comportamento impostas a esses asilados políticos brasileiros pela acolhida que lhes tem dado México.”⁴⁰ Constituía também

³⁷ *MEMORANDUM PARA INFORMACION DEL SEÑOR PRESIDENTE*. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

³⁸ Luis Echeverría se afastou da Secretaria de *Gobernación* em 1969, ao ser indicado como o candidato do PRI a presidência da república nas eleições do ano seguinte. Em seu lugar, assumiu Mario Moya Palencia.

³⁹ Frank Moscoso chegou ao México em novembro de 1964 para ocupar a vaga deixada por Pio Corrêa. Foi substituído por João Baptista Pinheiro em 1969.

⁴⁰ Ofício nº 35 de 09 de março de 1966. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores.



uma tentativa de criar embaraços ao franco e amigável diálogo que existe entre os nossos governos”⁴¹.

Naquele mesmo dia 9, o embaixador brasileiro enviou o ofício reservado nº 249 ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, no qual avaliava que os exilados em questão iriam ter problemas pelas declarações feitas. Citando as críticas realizadas por *El Sol de México*, classificadas como “uma posição corajosa de acusação”, Frank Moscoso previa a postura a ser adotada pelo governo mexicano, por meio da Secretaria de *Gobernación*.

Estou convencido que o Ministério do Interior do México (Gobernación) irá tomar, espontaneamente e em atendimento a solicitação da Embaixada – medidas severas para que os asilados não voltem a exorbitar seus direitos. Para os asilados que só vinham experimentando, até agora, os aspectos mais generosos da política mexicana, será um choque aprender quão menor é a simpatia que existe no Governo deste país por suas ideias e como é eficiente a máquina policial mexicana para reprimir quaisquer abusos futuros.⁴²

O texto dizia da intolerância e do combate às ideias e às tentativas de revolução socialista praticados pelo Governo do México, que utilizava a *Dirección General de Investigaciones Políticas y Sociales* e a *Dirección Federal de Seguridad*, esta última comandada pelo já citado Capitão Gutierrez Barrios, para investigar, perseguir e combater qualquer indivíduo ou grupo que estivesse planejando ou tentando praticar esse tipo de atividade. Frank Moscoso acreditava que a polícia mexicana iria atuar firmemente contra Francisco Julião e o Padre Lage, devido a suas declarações.

Ademais, o embaixador, ainda em suas análises enviadas ao ministro Juracy Magalhães, prognosticava que a atitude dos exilados ajudaria o governo do Brasil, pois facilitaria “as futuras gestões da Embaixada na procura da colaboração das autoridades deste país para o controle das atividades dos asilados.”⁴³

A resposta de Antonio Carrillo Flôres ao ofício nº 35 contribuiu para aumentar essa confiança do embaixador do Brasil. Em um documento de pouco mais de duas páginas, o

⁴¹Ofício nº 35 de 09 de março de 1966. Op. Cit.

⁴²Ofício Reservado nº 249 de 09 de março de 1966. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Op. Cit.

⁴³Ofício Reservado nº 249 de 09 de março de 1966. Op. Cit.



chanceler afirmou, na última frase, antes dos votos de estima e consideração finais, que havia sido realizada, sem especificar quando, “uma repreensão aos asilados brasileiros que se encontravam no país, apresentando-os seus deveres.”⁴⁴

Antes, contudo, no decorrer da resposta, foi registrada uma discordância em relação ao argumento de Frank Moscoso. Em seu ofício, ele havia afirmado que o teor da entrevista dos asilados violava o artigo VII da Convenção sobre Asilo Territorial, subscrita pelos dois países na X Conferência Interamericana, ocorrida em Caracas, em 1954. Para o chanceler, entretanto, o fato isolado da concessão de uma entrevista publicada na Europa em um semanário com circulação muito restrita tanto no México quanto no Brasil não significava, contra o governo deste último, uma propaganda sistemática. O artigo VII em questão foi transcrito e enviado em anexo à resposta de Carrillo Flôres. Ele era o mesmo utilizado pela *Subdirección General de Población da Secretaría de Gobernación* para condenar a circulação do boletim do COBEM.

Se para o secretário de relações exteriores do México a entrevista de Francisco Julião e do Padre Francisco Lage não consistia uma propaganda sistemática, para o Brasil significava incitação ao uso da violência, quando se falava em levante revolucionário da América Latina. Cada governo fazia sua interpretação. Apesar de afirmar que os exilados haviam sido repreendidos, o governo mexicano apresentava, ao menos oficialmente, uma postura de moderação em suas ações. Isso refutava as perspectivas de Frank Moscoso, de que a publicação da entrevista no semanário francês produziria outro comportamento por parte do México, que passaria a colaborar com o Brasil no maior controle dos exilados.

A repreensão sofrida por Francisco Julião e o Padre Francisco Lage citada na resposta do Chanceler Carrillo Flores referia-se exatamente à reunião de fevereiro de 1966 que tratou da circulação do boletim do COBEM. No rodapé do ofício nº 35, enviado por Frank Moscoso, há uma anotação de caneta que diz: “o licenciado Hernandez Ochoa informa que a Secretaria de *Gobernación*, devido a um boletim que estavam publicando os exilados brasileiros, convocou-os e os chamou a atenção para os seus deveres”. Esse pequeno texto foi datado de

⁴⁴ Diplomático III/516(81)/33191 de 28 de maio de 1966. Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Op. Cit.

26 de abril de 1966. Ou seja, pela entrevista concedida à publicação francesa, Francisco Julião não foi outra vez advertido.

O leitor deve atentar que, após essa troca de ofícios em junho de 1966, ocorreu então a publicação da fotografia de Francisco Julião na capa do *La Prensa*. Na década de 1960, esse jornal era o de maior tiragem no México, com cerca de 70 mil exemplares diários (MUNGUÍA, 2010, p. 149). Seu público era, em sua maioria, constituído pelos setores populares. Era, muitas vezes, acusado de ser nota *roja*, por publicar várias notícias policiais e violentas, e *amarillista*, por divulgar informações não muito precisas dos acontecidos.

Em meados da década de 1960, sua direção estava próxima ao governo, principalmente ao secretário de *Gobernación*, Luis Echeverría. Essa aproximação se manifestou mais intensa a partir de janeiro 1967, quando o jornal passou a publicar uma coluna chamada *Políticas em las Rocas*, convertida em agosto de 1968 em *Granero Político*, com informes e opiniões positivas sobre a política mexicana (MUNGUÍA, 2010, p. 161)⁴⁵. O texto era produzido pela própria Secretaria e publicado como resumo de notícias de autoria do jornal. O governo mexicano desejava atingir e direcionar a opinião pública formada pelo grande número de leitores de *La Prensa*.

A publicação da fotografia de Francisco Julião na capa desse jornal e de sua entrevista nas páginas interiores indicava que a repreensão praticada pelo governo do México ao exilado não consistiu em uma total censura. Ele continuou falando para a imprensa, inclusive em um jornal utilizado pela própria *Secretaria de Gobernación*, para difundir suas mensagens, ideias, medos e ameaças (MUNGUÍA, 2010, p. 150). E as medidas severas imaginadas pelo embaixador do Brasil não ocorreram.

Ainda no que se refere ao jornal, deve-se analisar outra informação. Manuel Buendía, integrante da direção, era próximo a *Dirección Federal de Seguridad* e ao seu diretor, Fernando Gutiérrez Barrios, de onde recebia informações privilegiadas para escrever alguns dos seus mais famosos textos (MUNGUÍA, 2010, p. 158).

Fernando Gutiérrez Barrios é o mesmo citado no início desse artigo participando de uma reunião, em 1969, com representantes da embaixada do Brasil, na qual teria se

⁴⁵Jacinto Munguía (2010) realizou uma extensa pesquisa nos documentos confidenciais produzidos pelo Estado mexicano, atualmente arquivados no *Archivo General de la Nación*, e encontrou valiosas informações sobre a criação e utilização dessas colunas políticas.

comprometido a colaborar na vigilância dos asilados políticos brasileiros. Neste mesmo encontro, segundo relato do diplomata brasileiro, foi afirmado pelo comandante da DFS que Francisco Julião já havia sido “advertido de que estava violando o direito de asilo.”⁴⁶ Deve-se ainda ressaltar que o capitão Barrios tinha uma relação de longa data com Fidel Castro e também com Ernesto Che Guevara. Em 1956, os dois foram presos no México pela DFS e em seguida postos em liberdade. Na época, o chefe da *Dirección Federal de Seguridad* tinha o conhecimento e o controle sobre os preparativos realizados em seu país pelo movimento guerrilheiro que daí zarpou com o *Gramma* para derrubar o governo de Fulgêncio Batista e levar a cabo a revolução cubana em 1959 (QUEZADA, 2001, p.107; MUNGUÍA, 2010, p.169). Desde então, houve um acordo para compartilhamento de informações entre integrantes do governo de Cuba e do México. Ao primeiro interessava, sobretudo, manter o contato que não lhe isolaria totalmente da América Latina, enquanto o segundo teria o acesso a informações sobre pretensos guerrilheiros mexicanos e de outras partes da América que usavam a Ilha para realizar qualquer tipo de preparação (QUEZADA, 2001, p. 108).

Ao aparecer na capa do *La Prensa*, Francisco Julião estaria relacionado com essa rede política. Não sei como seu nome circulou entre esses contatos. Mas, Cuba já o conhecia desde as Ligas Camponesas. A DFS facilmente poderia obter privilegiadas informações sobre a trajetória do exilado com o governo de Fidel Castro. Por sua vez, *La Prensa*, provavelmente por meio de Manuel Buendía, seria notificado sobre qualquer inconveniente que representaria para México a divulgação, com tanto destaque, da referida entrevista. Isso não ocorreu, e no dia seguinte da publicação, em 4 de junho de 1966, o editorial do jornal comentou positivamente e retomou diversos tópicos daquilo que considerou a “sensacional entrevista exclusiva” (*La Prensa*, 04 de junho de 1966. p. 08) de Francisco Julião, “uma voz que deve atender América Latina.” (*La Prensa*, 04 de junho de 1966. p. 08)

De todo modo, e apesar dos espaços encontrados inicialmente por Julião, seja pela entrevista ao semanário francês, seja ao diário mexicano, a sua atuação encontrava duras limitações. Havia os entraves impostos pela condição de asilado político, reforçados pela pressão exercida pelo governo do Brasil, por meio de sua embaixada. Aliado a isso, existia toda uma rede governamental no México, representada principalmente pela *Dirección Federal*

⁴⁶ Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969. Op. Cit.

de Seguridad e pela Secretaria de Relaciones Exteriores, que estava atenta a seus passos desde o momento em que desembarcou no país⁴⁷. E isso, ele já havia sentido por ocasião de ser convocado pelo governo para rememorar seus deveres enquanto exilado.

A mudança para Cuernavaca, além da tentativa de melhorar seu estado de saúde por ser esta uma cidade de clima mais aprazível, poderia ter sido também uma opção para se desviar um pouco da vigilância da DFS. Para essa possibilidade, o jornalista Michel Bosquet do semanário *Le Nouvel Observateur* oferece indícios ao relatar que encontrou certa dificuldade em localizar o exilado brasileiro, pois este vivia se escondendo para despistar a polícia mexicana.

5 - Outras conversas diplomáticas

A partir de 1969, Francisco Julião passou a publicar artigos semanais na revista política *Siempre!*, uma das mais importantes do México. Como articulista da coluna *América Latina, hoy*, já dominava os enunciados que deveriam circular dentro do jogo político e social mexicano. Usava da sua qualificação de líder de esquerda, ex-dirigente de um movimento camponês. Sua condição de exilado político era utilizada para promover uma diferenciação entre Brasil e México, situá-los em oposição, útil na tarefa de construção de uma legitimidade revolucionária e democrática para os governos do PRI na década de 1970.

Entre os últimos meses de 1969 e o final do ano de 1970, a embaixada do Brasil no México dirigiu novas interpelações à Secretaria de Relaciones Exteriores. O objetivo era conseguir uma censura aos textos de Francisco Julião, que começavam a circular na revista *Siempre!*. Houve reuniões e trocas de ofícios sobre essa questão.

As petições referiam-se aos dois primeiros artigos divulgados no periódico. Intitulados “Brasil vive a hora mais sombria de sua História” e “As lições de um seqüestro: Brasil como ponto chave”, os textos faziam duras críticas ao governo brasileiro. O primeiro, de 9 de julho de 1969, ocupava quatro páginas inteiras e construía uma história da ditadura militar iniciada

⁴⁷ Fernando Gutiérrez Barrios recebeu um informe sobre a chegada de Francisco Julião e outros exilados ao México, datado de 31 de dezembro de 1965. Consta o nome do hotel e o número dos quartos, 203 e 204, ocupados pelo advogado e sua família. Essa informação encontra-se na *Versão Pública* sobre Francisco Julião produzida e disponibilizada pelo *Archivo General de La Nación*, D.F. – México.



em 1964, em que se ressaltava a existência de um processo de desnacionalização do país, promovido por uma política de entreguismo aos Estados Unidos. Ademais, caracterizava o Exército como um partido armado que havia tomado de assalto o poder e, por sua vez, as massas sacrificadas sentiam a necessidade de buscar o caminho revolucionário para acabar com a ditadura (Revista *Siempre!* 09 de Julho de 1969, p. 32-33).

Dias depois dessa publicação, o então embaixador do Brasil, Frank Moscoso, se reuniu com o diretor da Primeira Subsecretaria da *Secretaria de Relaciones Exteriores*, Alfonso de Rosenzweig Díaz, e lhe expressou todo o desagrado sentido ao ler aquele artigo. Considerou ser uma clara incitação à violência, com o objetivo de derrotar pela força o governo do Brasil. Mesmo reconhecendo a existência da liberdade de expressão para os asilados políticos, alertou que caso Francisco Julião continuasse escrevendo artigos dessa *índole*, atingir-se-ia a situação de propaganda sistemática.⁴⁸

Frank Moscoso retornou ao Brasil dias depois dessa reunião. Em seu lugar foi nomeado João Baptista Pinheiro. Entre a saída de um e a chegada do outro, o embaixador Alfonso Rosenzweig Díaz recebeu, em 20 de agosto de 1969, o Encarregado de Negócios da embaixada do Brasil, Gilberto Martins. Dessa vez, a reunião tratou das declarações de Francisco Julião ao jornal *Novedades*, nas quais dizia estar “conspirando eternamente”⁴⁹ contra a ditadura militar brasileira. Mais uma vez foi reafirmada a liberdade de expressão garantida aos asilados políticos, e as afirmações de Julião foram classificadas pelo embaixador mexicano como “simples fanfarronadas.”⁵⁰ Talvez Alfonso Rosenzweig não simpatizasse com o asilado político ou tenha criado uma expressão de efeito para desmobilizar mais uma petição do Brasil em pouco mais de um mês.

Quando João Baptista Pinheiro entregou, em agosto de 1969, suas cartas de apresentação ao chanceler Antonio Carrillo Flôres, estava ciente desses problemas. Deveria tentar maior aproximação diplomática e maior controle sobre os exilados. Em grande parte, o trabalho do novo embaixador foi bem sucedido. Afinal, ele conseguiu administrar a questão

⁴⁸ *Memoradum de conversación* de 09 de julho de 1969. Pasta Asilo Político en la Embajada de México em Brasil - III 5714-11. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

⁴⁹ *Memoradum de conversación* de 20 de agosto de 1969. Pasta Asilo Político en la Embajada de México em Brasil - III 5714-11. Op. Cit.

⁵⁰ *Memoradum de conversación* de 20 de agosto de 1969. Pasta Asilo Político en la Embajada de México em Brasil - III 5714-11. Op. Cit.

dos presos políticos brasileiros, aceitos como asilados no México, depois de libertados pelo governo militar em troca do final do sequestro do diplomata norte-americano Charles Elbrick. Controlados pelos órgãos de vigilância e segurança, eles ficaram impossibilitados de qualquer tipo de articulação política, como desejava o governo do Brasil (Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969).

Em relação a Francisco Julião, exilado desde 1965, o novo embaixador agiu em outubro de 1969, em consequência da publicação do seu segundo artigo na revista *Siempre!*. Referindo-se ao sequestro de Charles Elbrick como um “ato revolucionário”, o articulista afirmou que os militares foram surpreendidos, especialmente porque depois do AI-5 acreditaram ter o controle total do País. Sugeriu que esse episódio não deveria ficar isolado, e por isso os “patriotas” necessitavam ganhar apoio e organização para dar continuidade à luta (Revista *Siempre!* 22 de outubro de 1969. p. 26-27).

João Baptista Pinheiro foi tratar do artigo com Alfonso Rosenzweig Díaz, questionando-lhe acerca das medidas a serem adotadas, pois, no seu entendimento, tratava-se de propaganda subversiva encaminhada para derrotar o governo do Brasil. Após escutar atentamente, o embaixador mexicano lamentou a situação que envolvia as duas nações amigas e retomou o argumento da ampla liberdade de expressão existente no México. Ao final, considerou que poderia ser o caso de os países envolvidos estarem interpretando de maneira distinta a Convenção de Caracas.

No segundo semestre de 1969, seguiu-se uma troca de informações entre o governo do Brasil e sua embaixada no México. Havia praticamente um consenso de que Francisco Julião estaria promovendo atividades conspiratórias, fomentando a subversão da ordem não só no Brasil, mas também na América Latina e, assim, realizava flagrante violação do direito de asilo.⁵¹

Parecia não se entender a posição do governo do México, que, segundo a embaixada do Brasil, havia cooperado no caso do recebimento e da vigilância aos presos políticos, mas resistia em adotar qualquer atitude restritiva em relação a Francisco Julião.

⁵¹Ver pasta de documentos confidenciais sobre Francisco Julião arquivados na Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores

Mas o próprio João Baptista Pinheiro, em telegrama “confidencial-urgente” enviado ao Brasil, datado de 24 de outubro de 1969, no qual resumiu e analisou a última conversa com Rosenzweig Díaz, ofereceu indícios para a resolução dessa questão. Ponderou que o México permitia

[...] “manifestações públicas de nítido cunho esquerdista [...] como maneira de comprovar sua imparcialidade e não sufocar, inteiramente, a pregação das correntes esquerdistas mexicanas, o que, se ocorresse, lhe causaria sérios problemas e reduziria a sua área de ação para manter a estabilidade interna do país.”⁵²

No decorrer dos anos 1970, os documentos com interpelações do governo do Brasil deixaram de existir. Novas dinâmicas políticas, como a mobilização do discurso de direitos humanos realizada por intelectuais e setores da imprensa dos Estados Unidos contra as torturas praticadas pelo regime militar, talvez tenham contribuído para uma mudança no foco de ação da diplomacia. No início do governo Geisel, o Brasil foi condenado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (GREEN, 2009, p. 302-306).

Entretanto, a análise de João Baptista Pinheiro apontava a existência de outro fator. Francisco Julião havia se tornado uma peça da configuração política promotora da estabilidade interna do México. Integrava essa maquinaria e, apesar de todas as acusações e petições do governo brasileiro, publicou mais de duas centenas de artigos até 1979, vários deles em crítica à ditadura militar. Assim, pode-se dizer que havia fracassado a estratégia desenvolvida pela diplomacia brasileira junto aos órgãos de segurança do México para transformar Francisco Julião em um “inimigo comum”. Ele produziu um novo lugar de ação, pelo menos até o final dos anos 1970, operando com seu passado de líder de esquerda e ex-dirigente das Ligas Camponesas.

O exílio, segundo Denise Rollemberg, foi uma ruptura com a conjuntura de intensa mobilização política vivenciada pelas gerações 1964 e 1968, quando muitos dos seus representantes estavam no centro dos acontecimentos. O desenraizamento deste universo que oferecia sentido à luta e a derrota de projetos políticos e pessoais, ainda de acordo com a

⁵²Telegrama da Embaixada do Brasil no México. Confidencial nº 501.31 de 24 de outubro de 1969. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores.



historiadora, subverteram a imagem que os exilados tinham de si e promoveram crises de identidade (ROLLEMBERG, 1999, p. 132).

No caso de Francisco Julião, um dos mais conhecidos da geração 1964, o exílio também promoveu deslocamentos e ressignificações. Ele deixou de ser o deputado socialista e advogado dos camponeses. Não existiam mais as Ligas, e ele estava impedido de exercer sua profissão, devido à condição de exilado. A luta pela reforma agrária na lei ou na marra não poderia ser praticada no México. Mas o uso de imagens relacionadas a esse cenário passado de luta tornou-se possível. Para Julião, além das redefinições e reconstruções, comuns à maioria da sua geração, o exílio foi a escolha de uma identidade e a produção de uma continuidade, a do líder de esquerda das Ligas Camponesas do Brasil.



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 87-120, jan./jul. 2015.
<http://revista.anphlac.org.br/>

Fontes:

Novedades. 07 de agosto de 1969. p. 07. Hemeroteca Nacional, UNAM. México, D.F.

El Día. 31 de dezembro de 1965. Hemeroteca Nacional. UNAM. México, D.F.

La Prensa. 03 de junho de 1966. Capa. Hemeroteca Nacional. UNAM, México, D.F.

El sol de México. 10 de março de 1966. p. 04. Hemeroteca Nacional, UNAM. México, D.F.

Revista *Siempre!* 09 de Julho de 1969. p. 32-33. Hemeroteca Nacional, UNAM, D.F., México.

Revista *Siempre!* 22 de outubro de 1969. p. 26-27. Hemeroteca Nacional, UNAM, D.F., México.

O Pasquim. 19 de Janeiro de 1979. Fundação Biblioteca Nacional

Ofício Secreto nº 1.089 de 26 de dezembro de 1969. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores.

Ofício nº 35 de 09 de março de 1966. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores.

Ofício Reservado nº 249 de 09 de março de 1966. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores.

Confidencial nº 501.31 de 24 de outubro de 1969. Coordenação-Geral de Documentação Diplomática – CDO. Itamaraty. Ministério de Relações Exteriores.

Processo SECOM 34.646/65. BR.AN.RIO.TT.O.MCP.PRO.17. Arquivo Nacional – Brasil.

Pasta ARRUDA DE PAULA, Francisco Julião - III 2983-12. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

Memoradum de conversación de 09 de julho de 1969. Pasta Asilo Político en la Embajada de México em Brasil - III 5714-11. Arquivo Histórico Genaro Estrada – *Secretaria de Relaciones Exteriores* - SRE. México, D.F.

Entrevista concedida por Francisco Julião à pesquisadora Eliane Moury Fernandes. CEHIBRA. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982.



Referências bibliográficas:

BLANCARTE, Roberto J. Religiosidad, creencias e Iglesia en la época de la transición democrática. In: BIZBERG, Ilán & MEYER, Lorenzo (Org.). *Uma história contemporânea de México. Actores*. Tomo 2. El Colégio de México. Ed. Oceno, 2005.

CASTELLANOS, Diana G. Hidalgo. *Um olhar na vida de exílio de Francisco Julião*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. *Ensayo sobre el movimiento estudiantil de 1968: la fotografía y la construcción de un imaginario*. México: Instituto Mora: IISUE, 2012.

ELIZONDO, Humberto Garza. Fondo y forma de la política exterior de México. In: BIZBERG, Ilán; MEYER, Lorenzo (Org.) *Una historia contemporânea de México*. Las políticas – Tomo 4. México. Editorial Océano de México, 2005.

GAMIÑO MUÑOZ, Rodolfo. *Guerrilla, represión y prensa en la década de los setenta en México*. Invisibilidad y olvido. México: Instituto Mora, 2011.

GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
JULIÃO, Francisco. Esperança é meu signo. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Coord.) *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19??*. V. 1. Editora Livramento: São Paulo, 1978.

LOS REYES, Aurélio de (Coord.). *História de la vida cotidiana em México. Siglo XX. La imagen, espejo de la vida?* Tomo V. Volumen 2. Ciudad de México: El Colégio de México; Fondo de Cultura Económica.

MANJARREZ, Maricela González Cruz. Momentos y modelos em la vida diária. El fotoperiodismo em algunas fotografías de la ciudad de México, 1940-1960. In: LOS REYES, Aurélio de (Coord.). *Historia de la vida cotidiana em México. Siglo XX. La imagen, espejo de la vida?* Tomo V. Volumen 2. Ciudad de México: El Colégio de México; Fondo de Cultura Económica.

MUNGUÍA, Jacinto Rodríguez. *La otra guerra secreta: los archivos prohibidos de la prensa y el poder*. Debolsillo: México, 2010, p. 149.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil, 1822-1993*. Colección Latinoamericana. Secretaria de Relaciones Exteriores: México, 2001. p. 295-310.

QUEZADA, Sergio Aguayo. *1968: los archivos de la violencia*. México: Grijalbo, 1998.



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 87-120, jan./jul. 2015.
<http://revista.anphlac.org.br/>

QUEZADA, Sergio Aguayo. *La Charola: Una historia de los servicios de inteligencia en México*. México: Editorial Grijalbo, 2001.

RICO, Carlos. *México y el mundo: Historia de sus relaciones exteriores*. Tomo VIII – Hacia la globalización. Colegio de México: México, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *O apoio de Cuba a luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.



Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 87-120, jan./jul. 2015.
<http://revista.anphlac.org.br/>